

Comissão vota, esta semana, os temas polêmicos

BRASÍLIA — A Comissão de Sistematização da Constituinte deverá debater e votar esta semana temas considerados polêmicos. Hoje começa a examinar o título relativo à ordem econômica e financeira, que tem questões como conceituação de empresa nacional e reforma agrária. No fim da semana estará às voltas com o mandato do Presidente Sarney, a ser definido nas Disposições Transitorias. O prazo para as votações na Comissão termina domingo, dia 15.

No capítulo da reforma agrária, o confronto maior está previsto para o artigo que trata da imissão imediata da posse do imóvel desapropriado que, pelo substitutivo, ocorrerá 90 dias após o início da ação. Os "progressistas" querem manter o texto e aos "moderados" interessa derrubá-lo.

A União Brasileira de Empresários (UBE), criada recentemente, colocou esse dispositivo na lista que preparou com oito pontos cuja revisão considera essencial "para a sobrevivência da livre iniciativa". Ela deseja suprimir a parte do artigo que diz que a imissão será automática caso o juiz, num prazo de 90 dias, não se pronuncie sobre a ação de desapropriação.

A votação do capítulo da ordem econômica e financeira está prevista para hoje e amanhã.

Marcos Lima não acredita mais em parlamentarismo

BRASÍLIA — O Deputado Marcos Lima (PMDB-MG), um dos articuladores do Centro Democrático, considera que a formação do "Centrão", com o apoio de 300 "moderados" de diferentes partidos, provocou um esvaziamento da tese do parlamentarismo, que poderá ser derrubada pelo plenário. Porém, se o sistema de gabinete passar, ele afirma que o Primeiro-Ministro sairá necessariamente do "Centrão".

Para Marcos Lima, a aprovação da estabilidade no emprego foi um dos fatores que uniu os "moderados" em torno da proposta do "Centrão" de mudar o Regimento Interno para permitir a apresentação de emendas ao anteprojeto de Constituição. Segundo ele, de 80 a 85 por cento dos dispositivos votados pela Sistematização serão mantidos e as correções dar-se-ão nas partes relativas à ordem social, à ordem econômica e ao sistema de Governo.

União vai cobrar imposto sobre as grandes fortunas

Telefoto de Jamil Bittar



Antônio Mariz (em pé) conversa com Adolfo Oliveira, Fernando Coelho e Bernardo Cabral

BRASÍLIA — Com dois decisivos votos, o do Líder do Governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), e o de um dos coordenadores do Centro Democrático, Deputado Marcos Lima (PMDB-MG), a Comissão de Sistematização conseguiu ontem os exatos 47 votos necessários para aprovar a emenda estabelecendo como competência da União instituir impostos sobre as grandes fortunas, em termos a serem definidos por lei complementar. Votaram contra a proposta 37 constituintes, entre eles o Relator Bernardo Cabral e representantes dos setores moderados.

O resultado da votação foi festejado pelos "progressistas" da comissão. A emenda instituindo o imposto sobre as grandes fortunas foi apresentada pelo Deputado Antônio Mariz (PMDB-PB) que, em sua defesa, argumentou que a maior parte da incidência do Imposto de Renda recai sobre trabalhadores assalariados, fi-

cando o grande capital isento de impostos.

Contra a emenda falaram o Senador João Menezes (PMDB-PA) e o Deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ). Dornelles lembrou que a Constituição já dá competência residual à União para criar outros impostos, sendo tecnicamente incorreto incluir este dispositivo no projeto. Acrescentou, quando ao mérito da proposta, que iniciativas deste tipo não serão bem sucedidas enquanto existirem os títulos ao portador no

País, já que basta constituir uma "holding" em títulos ao portador para se escapar completamente do imposto.

Na mesma sessão, a Sistematização aprovou por 47 votos contra dez a emenda do Deputado Simão Sessin (PFL-RJ), defendida pelo Deputado César Maia (PDT-RJ), determinando que a base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) compreenderá os encargos financeiros decorrentes de operação de crédito ao consumidor, conforme dispu- ser lei complementar.

Emenda abre o Orçamento à participação de entidades

BRASÍLIA — A participação popular na elaboração do orçamento da União é uma das poucas inovações introduzidas pela Comissão de Sistematização na parte do substitutivo do Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) que trata do assunto.

A emenda, de autoria do Deputado Jorge Arbage (PMDB-PA), acolhida por Cabral, assegura a entidades representativas da sociedade participação nos projetos de lei que definirão prioridades e objetivos dos gastos públicos e a forma de custeá-los.

Depois da aprovação, por 50 votos a 32, alguns membros da Comissão protestaram, alegando terem votado sem conhecimento da matéria. O Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), que presidia a Mesa, disse que a emenda deverá cair no plenário.

O Deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) conseguiu fazer aprovar proposição alterando a fórmula de votação do orçamento proposta no

substitutivo, elaborada pelo Deputado José Serra (PMDB-SP), como Relator da Comissão do Sistema Tributário, na fase anterior dos trabalhos da Constituinte.

Serra foi à tribuna defender a proposta do substitutivo. Por ela, as emendas ao projeto de orçamento que não passassem por uma comissão mista permanente do Congresso, só poderiam ser respresentadas no plenário com o apoio de no mínimo um quinto dos membros de uma das duas Casas. O texto de Andrada, que acabou prevalecendo, eliminou esta prerrogativa da Comissão, permitindo também a apreciação pelo plenário do Congresso.

A comissão aprovou, também, emenda do Deputado César Maia (PDT-RJ), pela qual a lei de diretrizes orçamentárias determinará a política de aplicação de recursos das agências oficiais de fomento para o próximo exercício.

Arrecadação de impostos terá de ser publicada todo mês nos Diários Oficiais

BRASÍLIA — União, Estados, Municípios e Distrito Federal serão obrigados a publicar mensalmente no Diário Oficial demonstrativo detalhado do que foi arrecadado em impostos no período. Essa emenda, do Deputado José Maria Eymael (PDS-SP), foi aprovada pela Comissão de Sistematização na sessão noturna de sábado.

provocou algumas reações no plenário. O Deputado Alceni Guerra (PFL-PR) gritou durante a votação:

— Isto é matéria de portaria da Sunab.

O texto da emenda de Eymael é o seguinte:

"A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios divulgarão, pelo órgão de imprensa oficial, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, nele englobando os respectivos adicionais e acréscimos, bem como os recursos recebidos, os valores entregues e a entregar, de origem tributária, e a expressão numérica dos critérios de rateio".

Na mesma sessão foi aprovada emenda do Deputado Afif Domingos (PL-SP) estabelecendo que os fabricantes de produtos industrializados deverão fazer constar nos rótulos ou nos anúncios o valor discriminado dos tributos que entraram na composição do preço final. Essa proposta

A nova frente

HÁ casos de desobediência civil sem conseqüências punitivas legais. Por isso cabe perguntar por que a Autolatina foi eleita bode expiatório demonstrativo de autoridade ministerial. Atos de desobediência civil, principalmente em greves de serviços públicos, oprimem o cidadão comum, e sobre o grevismo não cai a mão da lei.

OS preços de artigos de consumo essencial dispararam e a postura administrativa tende para o liberalismo, ao passo que os preços de carros, não utilizados pela grande maioria do povo, dão causa a um "show" de intervencionismo. Inexplicável e contraditório, face à liberdade existente nas prateleiras.

ORA, a liberalização de preços, política oficial, teria de conceder prioridade justamente aos setores dispendiosos da economia popular;

jamais ao setor de veículos de passeio, onde precisa existir a economia de mercado, até pela razão a mais de mudar sua estrutura oligopolística original.

A AUTOLATINA recorreu ao Poder Judiciário. Aos Executivos pede-se silêncio. A ação política desse tipo humilharia a iniciativa privada e não conquistaria, para os governos, o voto dos que estão na oposição irreduzível à economia de mercado, em contraste com o que se passa nos países do "socialismo real", chamados comunistas, hoje no caminho de volta às práticas de mercado.

A RETÓRICA política contra a Autolatina só desgasta a ordem jurídica em que se assenta a Autoridade. Abre mais uma frente, entre tantas já existentes. Um erro desnecessário sem efeitos positivos na bolsa do homem da rua.